



Práticas imperialistas e o petróleo amazônico

Sara Possari dos Santos¹

Joana Darque Passos Lima Vergotti²

Artur de Sousa Moret³

Sinclair Mallet Guy Guerra⁴

Resumo

O presente trabalho pretende compreender o motivo pelo qual os EUA instalam bases americanas na América Latina, focando naquelas instalações militares próximas a Venezuela, ao Brasil e a Colômbia. Este texto apresenta o imperialismo, sob a ótica de David Harvey, que este conceito se afirma e se concretiza mediante três práticas: a) a opressão por meio do capital; b) a acumulação via espoliação; c) a coerção consentida. As informações para a análise foram geradas a partir da confrontação entre a localização territorial das bases militares Americanas e das fontes de energia e biodiversidade na América Latina. O cotejamento produziu resultados importantes, demonstrando que há correlação entre a primeira e a segunda informação. A prática é exercida em consonância com a política energética americana que visa manter o suprimento (energético) para o consumo interno. A distribuição militar espacial se constitui como instrumento de controle e dominação (territorial, energia, fluxo de informações, biodiversidade) dos países que detenham grandes reservas de energia. Destaca-se que todas as práticas tem como resultado a reprodução e a intensificação capitalista.

Palavras-chaves: Imperialismo; petróleo e bases militares; Amazônia.

Práticas imperialistas y el petróleo amazónico

Resumen

El trabajo aquí expuesto trata de explicar por qué los Estados Unidos instalan bases militares en América Latina, con foco en las instalaciones militares cercanas de Venezuela, Brasil y Colombia. El texto representa al imperialismo, bajo la visión de David Harvey, que este concepto se confirma e se concretiza mediante tres prácticas: a) la opresión por el capital; b) la acumulación por la vía de la espoliación; y c) la coerción consentida. Las informaciones para el análisis realizado fueron generadas a partir de la confrontación entre lo territorial de las bases militares americanas con la localización de las fuentes de energía y biodiversidad en América Latina. Los resultados de esta proposición fueron importantes, demostrando que hay correlación entre la primera y la segunda información. La práctica es ejercida en sintonía con la política

¹ Mestranda no Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente - Fundação Universidade Federal de Rondônia. E-mail: saripossari@hotmail.com.

² Mestranda no Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente - Fundação Universidade Federal de Rondônia. E-mail: joanavergotti@hotmail.com.

³ Coordenador do Grupo de Pesquisa Energia Renovável Sustentável - Fundação Universidade Federal de Rondônia. E-mail: amoret@unir.br.

⁴ Pesquisador Grupo de Pesquisa Energia Renovável Sustentável - Fundação Universidade Federal de Rondônia / Universidade Federal do ABC. E-mail: sguerra8@gmail.com.

energética americana que busca mantener la producción de energía para el consumo interno. Esa distribución militar espacial se constituye en instrumento de control y dominación (territorial, energía, flujo de información, la biodiversidad) de los países que contiene grandes reservas de energía. Es de destacar que todas las prácticas han dado lugar a la reproducción y intensificación capitalista.

Palabras-clave: Imperialismo, petróleo y las bases militares; Amazonía.

Imperialist practices and the amazonian oil

Summary

This paper intends to understand why the USA installs U.S. bases in Latin America, focusing on those military installations nearby Venezuela, Brazil and Colombia. The text presents imperialism from the perspective of David Harvey, who claims that imperialism is concretized by three practices: a) the oppression through of the capital; b) the accumulation by spoliation; and c) the consent to coercion. The information for the analysis were generated from the confrontation between the territorial location of American military bases and energy sources and biodiversity in Latin America. Comparison has produced significant results demonstrating that: there is a correlation between the first and second information. This practice is carried out in conformity with the U.S. energy policy which aims at keeping the supply (energy) for internal consumption. The spatial distribution military constitutes itself as an instrument of control and domination (territorial, information flow, biodiversity) of countries holding large reserves of energy. It is noteworthy that all practices have resulted in the capitalist reproduction and intensification.

Key words: Imperialist; oil and military installations; Amazon.

Introdução

O petróleo é um dos recursos de maior importância estratégica no mercado internacional, por ser o insumo base para a fabricação de milhares de outros produtos, incluindo plásticos e medicamentos. Como fonte de energia é o principal componente para sua geração no mundo, correspondendo a 32,4%, seguido pelo carvão (27,3%) e pelo gás natural (21,4%) (IEA, 2012). Parte significativa desse petróleo é consumido pelos Estados Unidos da América (OPEC, 2012), e equivalente a 19.193,7 mil barris por dia, maior do que a soma do consumo da China (9.409,9 mil b/d), Índia (3.269,3 mil b/d) e Japão (4.481 mil b/d); esses dados demonstram a importância estratégica que o petróleo tem para os EUA, que se articulam em duas estratégias importantes, o suprimento interno e a reprodução capitalista do domínio além do seu território da produção, do refino e do transporte.

O significativo valor deste recurso (como insumo e como fator de impacto no custo pelo crescente aumento dos preços) para as economias industriais, somado aos alertas de sua previsível exaustão, torna-o um dos principais objetos de disputa internacional, particularmente

para os países industrializados (CONANT & GOLD, 1981), que necessitam desse insumo para movimentar suas economias. Por sua importância econômica e energética e, por consequência, estratégica, o petróleo também foi transformado em arma política que influencia guerras e intervenções militares (SEBILLÉ-LOPEZ, 2006). Os exemplos mais expressivos estão no Oriente Médio, região onde se encontram 53,8% das reservas de petróleo conhecidas no planeta (OPEC, 2012), cenário de intensas disputas em torno da energia, hegemonia econômica e política. Na América Latina, área de reflexão deste texto, destacam-se os interesses: consumo (mercado) crescente e especialmente por ter a segunda maior reserva comprovada no mundo, com destaque para a região amazônica, concentrada em cinco das seis maiores áreas: (1º Venezuela), (2º Brasil, (3º Equador, (5º Colômbia e (6º Peru) (IEA, 2012; OPEC, 2012)⁵.

Neste texto o suporte de análise é David Harvey (2012), considerando o “*novo imperialismo*” como uma das estratégias adotadas pelo governo dos Estados Unidos para ter acesso e controle sobre as reservas de hidrocarbonetos. Para tanto, uma das formas de apresentar essa estratégia é demonstrar que as bases militares americanas no continente estão localizadas próximas às fontes de petróleo ou ao redor de países produtores.

Com base nessas informações, este trabalho tem por finalidade analisar o porquê e como se movimentam os interesses internacionais sobre o petróleo amazônico, sobretudo se as estratégias de dominação, hegemonia econômica e política se reproduzem na Amazônia do mesmo modo que em alguns lugares no mundo, particularmente as interações construídas entre os EUA e os três maiores produtores (referimo-nos, neste caso, expressamente a produção e não a reserva de petróleo) da região: Brasil, Colômbia e Venezuela.

O imperialismo norte-americano

Uma das principais ações desenvolvidas pelos países industrializados, para a reprodução capitalista, é o controle e domínio dos recursos naturais indispensáveis às suas economias. Essas ações motivam a séculos práticas intervencionistas, controle político e econômico, que foi nomeado por imperialismo (COHEN, 1976). A teorização sobre imperialismo apresenta-nos um verdadeiro processo evolutivo. A partir do congresso de Stuttgart – também chamado de II Internacional – passou-se a discutir e estudar aquilo que, ainda no século XVIII Disraeli, Primeiro Ministro inglês em 1868 e depois entre 1874 e 1880, rotulou

⁵ A posição apresentada exclui o México, pois de acordo com critérios adotados pela IEA, os dados desse país são somados como pertencentes à América do Norte. Caso incorporado aos dados da América Latina, como faz a OPEC, este país constaria como a terceira maior reserva da região.

como o padrão de acumulação necessário à manutenção do império inglês. Esse Congresso abre as portas para uma extensa discussão, tendo inicialmente assumido esse conceito as palavras de Hobson (1906) em seu livro *Imperialismo*. Essas discussões levaram a uma profusão de trabalhos sobre o mesmo tema: Hilferding (1910), Rosa Luxemburgo (1912), Kautski (1914-1915), Bukanin (1916) e finalmente, entre os precursores e que se tornou paradigmático, Lenin (1917). Este último autor considerava o imperialismo um estágio (etapa) superior do desenvolvimento capitalista, o qual envolvia a proeminência dos monopólios associados ao capital financeiro. Para Amin (2005), o imperialismo é na realidade imanente à expansão do capitalismo, ou seja, desde o seu surgimento as práticas imperialistas são adotadas para garantir a reprodução do capital. Cohen (1976, p. 21), por outro lado, considera como imperialista “(...) qualquer relação de dominação ou controle efetivo, político ou econômico, direto ou indireto, de uma nação sobre outra”.

Harvey (2012), assim como Luxemburgo (1912), considera que as práticas imperialistas são geradas e/ ou motivadas por crises no sistema capitalista. Na compreensão desses autores, o imperialismo seria a reação prática aos seus desajustes. Contudo, esses dois autores partem de perspectivas diferentes sobre as razões das crises. Enquanto para Luxemburgo (1912) o problema está no subconsumo, no escasso poder de consumo (baixa remuneração) dos trabalhadores, o que impede a absorção de mercadorias. Harvey (2012) parte do pressuposto de que as crises são resultados de sobreprodução (essa sobreprodução gera sobreacumulação que precisa de insumos e de mercado para se reproduzir), onde a produção é maior do que a procura (consumo), gerando assim excedentes de capitais.

Harvey (2012) sustenta sua análise do imperialismo enquanto relação dicotômica entre as dimensões político-militar e econômica, ou como ele prefere se referir, “*política do Estado e do Império*” e “*processos moleculares de acumulação do capital*”. Tais dimensões trabalham respectivamente dentro de duas lógicas: a capitalista e a territorial (conferir figura 1). Estas são divergentes entre si em muitos aspectos, como quanto à motivação e interesses de seus agentes e quanto ao grau e modalidade de envolvimento político. Contudo, estas lógicas sustentam-se dentro de uma relação dialética complexa, pois ainda que prevaleçam (e de fato prevalecem) os interesses da lógica capitalista, em algum momento a territorial interferirá a fim de garantir os interesses da primeira.

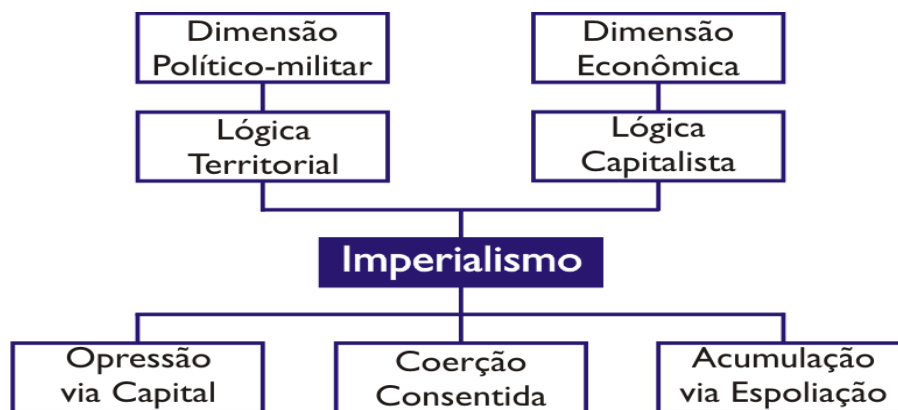
As práticas imperialistas, do ponto de vista da lógica capitalista, referem-se tipicamente à exploração das condições geográficas desiguais sob as quais ocorre a acumulação do capital, aproveitando-se igualmente do que chama de as “assimetrias” inevitavelmente advindas das relações espaciais de troca. (...) As condições

geográficas desiguais não advêm apenas dos padrões desiguais da dotação de recursos naturais e vantagens de localização; elas são também, o que é mais relevante, produzidas pelas maneiras desiguais em que a própria riqueza e o próprio poder se tornam altamente concentrados em centros lugares como decorrências de relações assimétricas de troca. Esse é ponto no qual a dimensão política retorna ao panorama. Uma das tarefas essenciais do Estado é tentar preservar o padrão de assimetrias espaciais de troca que seja vantajoso para ele (HARVEY, 2012, p. 35).

Partindo dessa compreensão, Harvey (2012) apresenta duas maneiras (recorrentes) de solucionar o excedente de capital: a expansão geográfica e a reorganização espacial. O que há de relevante nessas soluções, para Harvey (2012), que coincide com a teoria de Luxemburgo (1912), em ambos os casos o capitalismo precisa de algo “*fora do seu espaço territorial*”⁶ para acumular, ou seja, nos casos de crise buscam-se soluções externas (por soluções externas podem ser apresentadas: mercados externos, interferência político-militar, aquisição de empresas em outros países, dentre outras), sejam elas locais ou globais, em países subdesenvolvidos, em locais com potencial de mercados e naqueles países com recursos naturais ou insumos potenciais, ou até mesmo em setores diferenciados de produção, para assim garantir a reprodução do capitalismo interno.

Em sua análise o autor apresenta que o imperialismo se afirma mediante três práticas intrinsecamente relacionadas e inundadas tanto pela lógica territorial quanto capitalista: (1) a opressão via capital; (2) a acumulação via espoliação e (3) a coerção consentida, conforme demonstrado na figura 1. Tanto a opressão via capital quanto a acumulação via espoliação estão relacionadas à maneira como o capital se reproduz, mediante a criação e aproveitamento do desenvolvimento geográfico desigual. Segundo esse modelo busca-se aplicar o capital excedente em lugares nos quais os custos de produção sejam menores e as oportunidades de obter lucros sejam maiores. Ao cair as barreiras espaciais, políticas e até as legislações, abrem-se novas modalidades de comércio que resultam em desequilíbrios contínuos nas relações de produção, troca, distribuição e consumo capitalista. É importante ressaltar, contudo, que a acumulação capitalista nos países subdesenvolvidos se dá da mesma maneira que nos desenvolvidos. Enquanto nestes últimos se tem a intensificação dos mecanismos de mercado, nos primeiros ocorre a superexploração dos recursos naturais e da força de trabalho.

6 Essa perspectiva tem estreita relação com o programa Integração de Infraestrutura Regional da América do Sul-IIRSA, que está baseado em três pilares: Energia, Transporte e Telecomunicações. Com objetivos de superar barreiras geográficas para acessar novos mercados.

Figura 1 – Organograma sobre o imperialismo segundo Harvey (2012).

Elaborado por Sari Possari dos Santos (2012).

Resgatando a afirmação de Lênin (1917), para o qual o imperialismo seria o produto do capitalismo monopolista, Harvey (2012) comenta como os capitalistas fazem para combater a dinâmica espacial pela busca competitiva de lucros. Tanto Amin (2005) quanto Harvey (2012) consideram que os monopólios se reúnem para construir centros imperialistas legitimados pelos mesmos beneficiários, como a União Europeia, OTAN, FMI, OMC e OCDE. Como exemplo, a OCDE foi criada com a finalidade de analisar e divulgar informações pertinentes para elaboração de planos de crescimento econômico e estabilidade financeira. Uma das preocupações dessa instituição é a energia, tema para o qual se criou uma agência de observação específica, a IEA. Os Estados se incorporam a esses processos com objetivos de capturar a dinâmica regional, por meio do domínio de investimentos infraestruturais (energia, transporte, pesquisa, educação, telecomunicações) como pela imposição de leis de planejamento e gestão, a fim de concretizar seus próprios interesses políticos e econômicos. Um dos programas de intervenção infraestruturais na América do Sul chama-se Integração de Infraestrutura da América do Sul - IIRSA que tem seus pilares na energia, transporte e telecomunicações.

Adota-se também o artifício de firmar obstáculos, como patentes e leis de propriedade intelectual, criadas para impedir que países menos industrializados obtenham acesso a essas vantagens tecnológicas. Estas estratégias contribuem para redirecionar os fluxos de capital excedente para outros países. As desigualdades de troca daí resultantes expressam a concentração espacial e geográfica de privilégios e poderes, assim como a própria concentração de capital (poder financeiro).

Ainda que as ações das empresas capitalistas, a nível mundial, possam parecer dissociadas do Estado, elas não o são. É o Estado, enquanto “*agente a serviço do segmento dominante*”, que orchestra ou mesmo legitima os arranjos institucionais e promove a reprodução do capital dentro do processo assimétrico de troca (AMIN, 2005; HARVEY, 2012). De fato, as

empresas capitalistas não são diretamente dependentes do Estado, tendo construído seus próprios códigos de conduta, usando a própria força dentro e contra o Estado para proteger seus interesses comerciais. Contudo preferem usar o Estado (neoliberal), com suas instituições de mercado e regras contratuais, para efetivação da atividade capitalista, visando proteger-se dos que não reconheçam ou dos que não aceitam suas regras (*modus operandis*), freando, portanto, possíveis conflitos econômicos, legais e sociais. As formas como as práticas imperialistas ocorrem dependem da natureza do governo e das alianças de classes dos países dominantes que controlam o desempenho do capital (HARVEY, 2012). Cohen (1976) assim como Gramsci (2012) já reconheciam esta natureza do Estado, tendo ambos alertados para o fato de que as decisões e ações estatais são produto dos interesses particulares de seus governantes, que por sua vez são membros de determinada classe ou grupo social.

O Estado também possui um papel crucial no processo de cooptação e supressão de estruturas culturais e sociais anteriores ao sistema capitalista. Criam-se novos mecanismos como os acordos de propriedade intelectual, administrados pela OMC, que contribuem para concretizar o que Harvey (2012) denomina de “*acumulação via espoliação*”, um resgate da ideia de acumulação primitiva criada por Marx (2008), o qual Harvey (2012) acredita ainda ser realizado nos dias atuais. Dentro desta acepção, os recursos ambientais, culturais e históricos são transformados em mercadorias e, assim como outros bens públicos, são privatizados, conforme as exigências do projeto neoliberal. Há também a alternativa de desvalorizar ativos de capital, mediante a promoção de crises orquestradas, e depreciação da força de trabalho com a formação de um exército de reserva de trabalhadores.

O veículo primário da acumulação por espoliação tem sido, por conseguinte a abertura forçada de mercados em todo o mundo mediante pressões institucionais exercidas por meio do FMI e da OMC, apoiados pelo poder dos Estados Unidos (e, em menor grau, pela Europa) de negar acesso ao seu próprio mercado interno aos países que se recusam a desmantelar suas proteções (HARVEY, 2012, p. 147).

Assim, o capital excedente é utilizado para gerar mais lucros, sendo aplicado em ativos a preços muito baixos. O resultado dessas práticas consiste na exclusão das famílias mais pobres que não podem manter a sua subsistência, aumento do empobrecimento e queda da qualidade de vida; expulsão dos pequenos proprietários rurais do campo e aumento expressivo do desemprego, ou seja, a completa destruição do bem estar social e das instituições sociais. A verdade que prevalece é a de que:

(...) a hegemonia é construída por meio de mecanismos financeiros de

modo a beneficiar o hegemom e ao mesmo tempo deixar os Estados subalternos na via supostamente régia do desenvolvimento capitalista (HARVEY, 2012, p. 126).

Em suma, Harvey (2012) ressalta que a lógica imperialista surgiu como solução para o problema de sobreacumulação do capital, ou seja, conseguir novas formas/campos para investimento do capital excedente. Porém, não descarta o fato de que as reservas de recursos naturais (outro, prata, diamante, água, biodiversidade, recursos renováveis e, principalmente, petróleo) sejam um atrativo para intervenções imperialistas como, por exemplo, as ações militares, como destacam Amin (2005) e Harvey (2012) que o uso da força bélica tem sido o único fator de sustentação da hegemonia norte-americana, tendo em vista o frágil cenário pelo qual tem passado a economia norte-americana; há um ponto importante do porque que a questão bélica americana é o vetor principal de intervenção imperialista, porque a força bélica retira os empecilhos e/ou inimigos do caminho e também porque a atividade econômica bélica dos EUA é uma indústria extremamente importante. Logo, é a manutenção do estado permanente de medo e insegurança o que garante a legitimidade do poder norte-americano e justifica suas intervenções militares sobre outros países (HARVEY, 2012). Esta estratégia é reforçada pelo que Harvey (2012) denomina de “*coerção consentida*”, que consiste na apropriação de ideias como liberdade e democracia, os quais são aplicados como mecanismos de convencimento e manipulação ideológica que legitimam as práticas coercitivas e contraditórias do novo imperialismo.

Conforme já mencionado, é no Oriente Médio onde está concentrado o maior volume de petróleo do planeta e é, concomitantemente, onde está localizado o maior número de bases norte-americanas fora de seu território. Há que considerar que no Oriente Médio não há apenas interesse no petróleo, mesmo que seja a maior preocupação, também há embutido um equilíbrio de forças, para diminuir a influências de outras potências econômicas atuais. Os dados de fornecedores de petróleo para os EUA mostram que apenas um deles, a Arábia Saudita, está localizado nessa área; os principais fornecedores de petróleo para os Estados Unidos são respectivamente o Canadá, o México, a Arábia Saudita e a Venezuela EIA (2012). Portanto, deixar que outros países dominem aquela região pode ser uma ameaça para os EUA (HARVEY, 2012). Esta prática já era observada por Lênin (1917, p.221):

(...) faz parte da própria essência do imperialismo a rivalidade de várias grandes potências nas suas aspirações à hegemonia, isto é, ao apoderarem-se de territórios não tanto diretamente para si, como para enfraquecer o adversário e minar a sua hegemonia.

Dentro dessa lógica imperialista, é fácil compreender e argumentar que as bases americanas são utilizadas como ferramenta de manutenção dos interesses e da reprodução do

capital norte-americano, porque garante: o fluxo de recursos naturais que é a base da economia norte-americana e a influência econômica e política. Assim, como este estudo é focado na Amazônia, onde há recursos naturais abundantes e petróleo, indaga-se sobre qual o papel e a influência dos EUA nessa região? O modelo de dominação aplicado em outros locais se reproduz também na Amazônia?

A produção de petróleo na Amazônia e a presença militar dos Estados Unidos

A Amazônia sul-americana possui 7,5 milhões de km², abrange oito países – Brasil, Bolívia, Peru, Equador, Colômbia, Venezuela, Guiana, Suriname – e um Departamento Ultramarino – a Guiana Francesa. Do total da área da região amazônica, 70% estão situados em território brasileiro (5,0 milhões de km²) e na qual se encontra a maior bacia hidrográfica, maior diversidade biológica e a mais extensa floresta tropical do planeta (COSTA, 2007).

Dos países que estão na Amazônia sul-americana, apenas três serão objetos deste estudo pela sua relevância nas reservas e na produção de petróleo, portanto estratégicos na perspectiva da energia e por consequência para a política energética dos Estados Unidos: a Colômbia, o Brasil e a Venezuela. Destaca-se que a Venezuela não é apenas o maior produtor da América Latina, com a maior reserva comprovada de petróleo da região⁷, mas o quarto maior exportador para os EUA (OPEC, 2012 e USEIA, 2012). Essa relação, porém, foi estremecida com a ascensão do falecido Hugo Chávez ao poder, que trouxe consigo o sentimento bolivariano – unificação dos países sul-americanos – e uma política antiamericana⁸. Nesse contexto da América Latina os países mais distantes das políticas americanas atualmente (2012) são⁹: Argentina, Bolívia, Brasil, Equador, Peru e Venezuela (COSTA, 2007).

O Brasil na perspectiva da energia é importante na América Latina, é o segundo país na produção e na reserva petróleo, importou em 2010 apenas 19.659 (10³m³) de petróleo, 86,7% do consumo interno é oriundo da produção nacional, é um grande produtor de álcool combustível e produz 70% de eletricidade com uso das usinas hidrelétricas. Além disso, esse país tem uma diversidade de recursos e reservas energéticas, destacando-se as renováveis que incluem a energia hidráulica, as biomassas de cana e biodiesel (MME, 2011), como podem ser verificadas na tabela 1.

7 Há informações que a Venezuela tem a maior reserva do Mundo, entretanto esses dados estratégicos são utilizados para precificação futura e, sobretudo, para alterar os preços atuais.

8 Esse estranhamento não foi alterado com a morte de Chávez, porque o eleito Maduro manteve os princípios preconizados por Chávez; por outro lado, a situação seria radicalmente diferente se a oposição conseguisse eleger seu candidato.

9 Em 2013 a imprensa divulgou que os EUA espionou Brasil e Argentina, com fins políticos e econômicos.

Tabela 1 – Recursos e reservas energéticas brasileiras (ano base 2010).

Recursos	Unidade	Reserva Estimada
Petróleo	10 ³ m ³	2.260.970
Gás Natural	10 ³ m ³	401.720
Carvão Mineral	10 ⁶ t	6.535
Hidráulica	GW	31,8
Energia Nuclear	tU3O8	131.870

Fonte: MME, 2011.

Segundo o Boletim de Estatística Anual OPEC (2012), a produção de petróleo nessa região nos últimos cinco anos totalizou 27.708.500 b/d dos quais 52,5%, 35% e 12,5%, são respectivamente da Venezuela, Brasil e Colômbia, conforme tabela 2.

Tabela 2 – Produção de Petróleo em milhões de b/d (2007-2011).

Ano	Países			Total
	<i>Brasil</i>	<i>Colômbia</i>	<i>Venezuela</i>	
2007	1.748.000	529.500	2.981.900	5.259.400
2008	1.812.100	587.800	2.957.500	5.357.400
2009	1.950.400	670.200	2.878.100	5.498.700
2010	2.054.700	784.800	2.853.600	5.693.100
2011	2.105.400	913.600	2.880.900	5.899.900
Total	9.760.000	3.485.900	14.552.000	27.708.500

Fonte: OPEC, 2012.

A reserva de petróleo nessa região soma nos últimos cinco anos 1.149.570 barris conforme a tabela 3. A Venezuela no ano de 2011 registrou 297.571 barris, superando em 112% a Arábia Saudita que tinha a liderança no ano de 2010 com a reserva de 264.516 barris (OPEC, 2012).

Tabela 3 – Reserva de Petróleo em milhões de barris (2007-2011).

Ano	Países			Total
	<i>Brasil</i>	<i>Colômbia</i>	<i>Venezuela</i>	

2007	12.624	1.510	99.377	113.511
2008	12.624	1.510	172.323	186.457
2009	12.802	1.362	211.173	225.337
2010	12.857	1.360	296.501	310.718
2011	13.986	1.990	297.571	313.547
Total	64.893	7.732	1.076.945	1.149.570

Fonte: OPEC, 2012.

A análise do *National Energy Policy* - NEP (2011) sobre o potencial de produção de petróleo da AL refere a Venezuela como rica em óleo pesado e que pode ser responsável por aumentar a capacidade de consumo dos EUA, cumprir os objetivos de desenvolvimento e manter o ritmo de crescimento econômico baseando na energia. Destacou ainda, que o Brasil ao aumentar as reservas de petróleo, através do domínio do pré-sal, vai mudar de status no cenário mundial da energia. Também destaca que é necessário aumentar a atenção com a Colômbia por ser importante fornecedora de petróleo para os Estados Unidos. Esses três países são estratégicos para os americanos na América Latina, portanto é necessário implantar vigilância para cuidar dos interesses internos Americanos.

Segundo a NEP (2001), a principal estratégia da política energética americana era buscar novas alianças para garantir o fornecimento de energia daquele país, por isso recomendou que os Estados Unidos:

The NEPD Group recommends that the President direct the Secretaries of State and Commerce to conclude negotiations with Venezuela on a Bilateral Investment Treaty, and propose formal energy consultations with Brazil, to improve the energy investment climate for the growing level of energy investment flows between the United States and each of these countries¹⁰ (NEP, 2001, p.137).

O evento de 11 de setembro de 2001, que ocorreu nos Estados Unidos, foi determinante para a alteração e reavaliação da política energética dos EUA tornando-se prioridade nacional (SÉBILLE-LOPES, 2006). Naquele momento foi criado o grupo de trabalho *National Energy Policy Development Group (NEPDG)*, que tinha como objetivo realizar um plano a longo prazo fortalecendo o atendimento das necessidades energéticas do país. As análises dos membros do NEPDG compreenderam rapidamente que a problemática energética do país

10 Tradução livre do autor: “O Grupo NEPD recomenda que o governo (Presidente, Secretários de Estado e do Comércio) conclua negociações com a Venezuela em um Tratado de Investimento Bilateral, e promova consultas formais com o Brasil sobre energia, com o objetivo de melhorar e aumentar o nível de investimento de energia entre cada um desses países”.

conduzia a duas respostas diametralmente opostas:

Ou continuar a consumir sempre mais petróleo, apesar do declínio da produção doméstica e tornarem-se assim cada vez mais dependentes das importações do óleo cru; Ou escolher uma via mais difícil, orientada para as energias renováveis com o fim de reduzirem progressivamente a utilização do petróleo (SÉBILLE-LOPES, 2006, p. 70).

A decisão do então presidente dos EUA (Bush) foi a favor da continuidade e do aumento da dependência nas importações petrolíferas. Essa dependência impôs aos EUA ações que viriam, como consequência, aumento de risco e da ampliação dos conflitos regionais ou locais, intervenção direta nos países produtores de petróleo ou territorialmente visando à influência naqueles países. Não é sem sentido que a partir de 2001 os Estados Unidos reposicionaram sua estratégia militar no mundo. De acordo com o pentágono, em 2001 os Estados Unidos dispunham de instalações militares em 38 países e territórios estrangeiros, porém, depois de 2001 subiram para 59 países (SÉBILLE-LOPES, 2006). Esses fatos explicam, em parte, que a necessidade crescente do petróleo para mover a engrenagem econômica americana implica inserção das bases militares nos locais onde há ou mesmo interferência desse insumo.

Nos países da Amazônia essas bases militares são coordenadas pelo Comando do Sul dos Estados Unidos (SOUTHCOM) – organização militar regional unificada e um dos 10 Comandos de Combate (COCOM) do Departamento de Defesa dos EUA – que tem como responsabilidade planejar o contingente, as operações e a cooperação das forças de segurança da América do Sul, Central e Caribe, além de operacionalizar suas decisões político-estratégico para a América Latina e Caribe (GRANDIS, 2010).

A figura 2 demonstra a presença militar norte-americana em torno da Amazônia sul-americana. Pelo mapa, observa-se que dos países estudados, apenas a Colômbia possui base militar em seu território (COSTA, 2007), entretanto circundam áreas importantes dos países: Brasil, Argentina, Peru e Equador. Ao redor do Brasil as bases circundam a Amazônia que detém a maior fonte de recursos de biodiversidade e principalmente a água que pode vir a se constituir, futuramente, em insumo escasso e estratégico no mundo; a base do Paraguai está muito próxima da hidrelétrica de Itaipu que é a maior e uma das mais importante usina para a geração de energia elétrica. Peru e Argentina tem relações que se pode chamar de dúbias, ora se alinham e em outros momentos mantem distância que lhes convém. Equador têm governo que não se alinha diretamente aos EUA. A Venezuela claramente é uma das maiores preocupações na América Latina está circundada por bases da Colômbia e da Guiana, porque tem grande reserva e é grande

exportadora para os EUA.

Com essas informações surgem duas perguntas: qual é o objetivo e pretensão dos Estados Unidos em distribuir suas bases militares na Amazônia? E qual relação que essa distribuição espacial tem com problemática energética Americana? A resposta para estas questões foram esclarecidas por Harvey (2012), porque os Estados Unidos precisam estabelecer o controle sobre a maior quantidade de recursos para garantir sua hegemonia econômica; como já foi destacado anteriormente, a estratégia militar também complementa-se e funde-se com as questões econômicas, com o CIM/complexo industrial militar e com o energético.

Bem como demonstra Grandis (2006), as ações norte-americanas na América do Sul também recorrem a justificativas como a democracia e a luta pelo bem da humanidade para legitimá-las.

O pensamento americano sobre a ótica preventiva é baseado nos seguintes objetivos centrais da Estratégia da Segurança Nacional dos EUA: garantir a própria segurança; sustentar a sua prosperidade econômica; e promover a “democracia” e os “direitos humanos” no exterior (Grandis, 2006, p. 18).

Figura 2 - Bases militares dos Estados Unidos na América Latina.



Fonte: Costa, 2007.

A presença militar dos EUA na Colômbia é o fato político-estratégico mais importante para a segurança regional sul-americana, favorecida em parte pelo cenário de crise que existe territorial entre a Venezuela e a Colômbia e intensificado por divergências políticas e ideológicas. Essa política estratégica teve seu ápice com o acordo militar entre os dois países e o lançamento do Plano Colômbia, cujo objetivo é o de apoiar o governo local no combate ao narcotráfico e ao terrorismo. Os investimentos dos Estados Unidos nesse país envolvem equipamentos militares, treinamentos de combatentes e aportes financeiros na modalidade de doação e ajuda. O Plano Colômbia tinha o apoio de 300.000 combatentes, bem superior aos das FARC's que conta com 20.000 combatentes (COSTA, 2007).

Entretanto, para Pagliari (2009) as ações do Comando Sul na região vão além do suporte aos governos no combate ao narcoterroristas, mas representam um projeto amplo que protege a segurança dos Estados Unidos, tendo como principal objetivo a segurança energética daquele país:

Assegurar o livre fluxo dos suprimentos regionais de energia para os mercados internacionais, impedindo que sejam alvo de agressão, para isso, devem ser melhoradas as habilidades das forças de segurança das nações parceiras em proteger a infraestrutura crítica para as indústrias na região (...) (PAGLIARI, 2009, p. 223).

Segundo a Oilwatch (2002), por outro lado, as reais intenções do Plano Colômbia consistem em controlar a produção de petróleo, pois as suas atividades estão concentradas na região de Putumayo – região localizada na Amazônia colombiana – na qual se estima que existam as maiores reservas de petróleo do país. Entretanto, outro motivo pode ser apontado, as empresas americanas – Ocidental e BP estavam sofrerem prejuízo por passarem por atentados, o que acarretou a ampliação do Plano Colômbia para a região daquelas empresas (região ocidental do país).

Para a Venezuela esta militarização americana na Colômbia possibilita uma invasão norte-americana, vez que o governo cataliza o movimento socialista-bolivariano com perfil anti-americanista (GRANDIS, 2006). A política de Hugo Chávez, mantida por Maduro, tem “(...)irritado os americanos, especialmente por influenciar nos preços do petróleo da OPEC; proibir a privatização da empresa estatal de petróleo; subsidiar o preço do petróleo para Cuba e por trocar o comando da petrolífera estatal...” (OILWATCH, 2002).

O Brasil, por sua vez, presencia a formação de um “cinturão” de forças militares americanas em torno de si, (figura 2) especialmente em torno da Amazônia, como demonstrado

na instalação do Sistema de Vigilância da Amazônia - SIVAM, em 2002, que os EUA fizeram uma intensa pressão para que a empresa fornecedora de equipamentos fosse a Raytheon Company, uma das maiores fabricantes de material bélico dos Estados Unidos. Grandis (2006) considera que essas forças militares influenciam indiretamente nas tomadas de decisões das políticas externas brasileiras:

(...) o complexo de instalações militares, aeródromos e estações de radar e de comunicações norte-americanas, ou sob sua influência, nas proximidades das fronteiras do Brasil com seus vizinhos, confere aos EUA uma ampla capacidade de monitoramento do espaço aéreo do território brasileiro, o que pode funcionar como fator de pressão e como condicionante para as decisões da política externa brasileira (...) (GRANDIS, 2006, p.39).

Não obstante a isso, os controles americanos em relação ao Brasil não se restringem ao SIVAM.. Há fortes indícios de que houve nos últimos anos interceptações ilegais de informações e uma das principais fontes foi a principal indústria brasileira de petróleo (Petrobrás), corroborando com todas as argumentações descritas anteriormente. A Petrobrás detém e desenvolve tecnologia para a extração de petróleo do pré-sal, que alçará o Brasil a patamares proeminentes no cenário energético internacional, alterando o lugar que ocupa no total de reservas de petróleo e aumentando a influência global.

Considerações Finais

Neste trabalho foi possível identificar a estratégia americana na América do Sul referente aos recursos energéticos, para suprir a demanda interna de petróleo através da busca por novos mercados fornecedores, como a Venezuela, a Colômbia e o Brasil. A Venezuela é o principal alvo dos EUA para a consecução do seu objetivo, pela relevância do estoque de petróleo. Entretanto, a política venezuelana atual estremeceu essa possível relação, alterando a dinâmica dos investimentos americanos nas petrolíferas instaladas naquele país e consequente redução no volume importado. Essa situação para ser contornada incluiu com mais evidência a Colômbia nessa nova estratégia política.

Como dito por Harvey (2012), o capitalismo precisa se acumular fora de suas fronteiras geográficas, precisa recorrer a soluções externas, sejam elas territoriais ou globais. Neste sentido, o Plano Colômbia foi o principal instrumento americano para garantir sua política energética e hegemonia, recorrendo a “*segurança nacional*” e ao combate aos narcoterroristas; A territorialização americana através de bases militares em solo colombiano proporcionou uma

política em consonância com a estratégia dos Estados Unidos na região, tornando-se assim, um local vital para seus objetivos, vez que o governo colombiano é rival do governo venezuelano, tanto na ideologia política quanto na demarcação de fronteiras, bem como a Colômbia tem problemas internos dos narcotraficantes. Logo, é simples para os americanos transformar esses problemas em oportunidade e utilizar como ferramenta para sufocar militarmente a Venezuela.

No caso do Brasil ao possuir uma diversidade biológica e um grande potencial energético, transforma esse país em alvo dos EUA para a ampliação da sua política energética. O cerco militar (em volta da sua região) proporciona aos americanos maior controle aéreo do espaço territorial brasileiro, bem como intimidar o Brasil nas tomadas de decisões que estejam relacionadas com uma integração regional com a Venezuela e especialmente o fortalecimento do MERCOSUL na América latina.

Conforme evidenciado ao longo deste trabalho, defende-se que a militarização americana é uma prática imperialista nos países sul-americanos e busca: 1) dominar o petróleo, especialmente os localizados na Amazônia, sendo a Venezuela a maior produção e a maior reserva de petróleo da região; 2) garantir recursos energéticos alternativos e controle sobre a diversidade biológica da Amazônia brasileira; 3) sufocar os países não alinhados com a política americana.

Referências

AMIN, Samir. O imperialismo, passado e presente. **Tempo**, Niterói, v. 9, n. 18, Jun. 2005. Disponível em:

<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-77042005000100005&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 26 out. 2012.

COHEN, Benjamin J. **A questão do imperialismo. A economia da dominação e dependência**. Rio de Janeiro: Ziar editores, 1976.

CONANT, Melvin A. & GOLD, Fim Racine. **Geopolítica energética**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Brasileiro Editora, 1981.

COSTA, Wanderley Messias. **O Brasil e América do Sul: Cenários Geopolíticos e os Desafios da Integração**. São Paulo, 2007.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do cárcere**. 5ª Ed., v. 3. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2012.

GRANDIS, André Luis Ferreira. **A influência da presença militar dos Estados Unidos na América do Sul na perspectiva da Soberania Nacional**. 2010. 50p. Trabalho de Conclusão de Curso. Instituto de Relações Internacionais. Universidade de Brasília. Brasília, 2010.

HARVEY, David. **O novo imperialismo**. 6ª ed. São Paulo: Edições Loyola, 2012.

INTERNACIONAL ENERGY AGENCY. **Key World Energy Statistics**. Paris: 2012.

Disponível em:

<<http://www.iea.org/publications/freepublications/publication/name,31287,en.html>>. Acesso em: 24 ago. 2012.

LÊNIN, Vladimir Ilitch. **O imperialismo: etapa superior do capitalismo**. Campinas: FE/UNICAMP, 2011.

LUXEMBURGO, Rosa. **A acumulação do capital: contribuição ao estudo econômico do imperialismo**. 2ª Ed. São Paulo: Nova Cultura, 1985.

PAGLIARI, Graciela de Conti. **Segurança regional e política externa brasileira: as relações entre Brasil e América do Sul**. 2009. 281 p. Tese de Doutorado. Instituto de Relações Internacionais. Universidade de Brasília. Brasília, 2009.

MARX, Karl. **O Capital: crítica da economia política**. Livro I, Volume I, 25ª Ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira: 2008.

MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA. **Balanco Energético Nacional**. 2011, ano base 2010.

NACIONAL ENERGY POLICY. **Report of the National energy Policy Development Group**. 2001. Disponível em: <www.wtrg.com/EnergyReport/National-Energy-Policy.pdf>. Acesso em: 27 out. 2012.

OILWATCH. **Guerra y Petróleo: Artífices de la Historia del Siglo XX**. Johannesburgo: 2002.

ORGANIZATION OF THE PETROLEUM EXPORTING COUNTRIES. **Annual Statistic Bulletin**. Viena: 2012. Disponível em:

<http://www.opec.org/opec_web/static_files_project/media/downloads/polications/ASB2012.pdf>. Acesso em 26 out. 2012.

SÉBILLE-LOPEZ, Philippe. **Geopolíticas do Petróleo**. Lisboa: Instituto Piaget, 2006.

U. S. ENERGY INFORMATION ADMINISTRATION. **Molly Energy Reveem**. 2012.

Disponível em: <<http://www.eia.gov/totalenergy/data/monthly/pdf/mer.pdf>>. Acesso em: 30 out. 2012.